



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 723-B, DE 2024

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 623/2024

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. EMANUEL PINHEIRO NETO); e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, pela aprovação (relator: DEP. HELDER SALOMÃO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , **DE 2024**
(MSC nº 623/2024)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2024.

Deputado **Lucas Redecker**
Presidente



MENSAGEM N.º 623, DE 2024

(Do Poder Executivo)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL;
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART 54, RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

MENSAGEM Nº 623

Apresentação: 29/07/2024 09:47:00.000 - MESA

MSC n.623/2024

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Senhor Ministro da Fazenda e do Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

Brasília, 23 de julho de 2024.



EMI nº 00011/2024 MRE MF MDIC

Brasília, 10 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Submetemos a sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Gareth Guadalupe.

2. O Acordo enquadra-se no modelo de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos elaborado pelo Brasil com base no mandato emitido pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), em 2013. O Acordo está plenamente alinhado com a política de promoção dos investimentos brasileira, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico, da redução da pobreza, da criação de empregos, da expansão da capacidade produtiva e do desenvolvimento humano, em consonância com o que dispõe o art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988.

3. O ACFI Brasil-São Tomé e Príncipe contém sete Artigos de caráter geral (Objetivo, Âmbito de Aplicação, Definições, Transparência, Comitê Conjunto para a Administração do Acordo, Solução de Controvérsias entre as Partes e Disposições Finais), que conferem maior institucionalidade às disposições substantivas do instrumento e constituem amparo legal para eventual solução de controvérsias. Ademais, dispõe de Artigos específicos sobre Medidas Regulatórias e Governança Institucional que estabelecem marco normativo favorável à cooperação e à facilitação em matéria de investimentos.

4. As normas do Acordo conferem maior previsibilidade e segurança jurídica a empresas e investidores brasileiros em São Tomé e Príncipe e a empresas e investidores santomenses no Brasil, favorecendo maior integração, melhor circulação de bens e pessoas, bem como mais adequado aproveitamento do potencial econômico-comercial bilateral.

5. O ACFI Brasil-São Tomé e Príncipe busca estimular o investimento recíproco por meio de: garantias legais aos investidores; cooperação intergovernamental (sobretudo no âmbito de um Comitê Conjunto que, entre outras tarefas, administrará uma Agenda Temática); facilitação de investimentos (especialmente mediante Pontos Focais/"Ombudsperson" mandatados para apoiar os



investidores); prevenção e, eventualmente, solução de controvérsias. É nossa firme convicção que as disposições e mecanismos institucionais previstos no ACFI contribuirão significativamente para a expansão dos investimentos de parte a parte

6. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 84, inciso VIII, combinado com o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a sua apreciação o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira, Geraldo Jose Rodrigues Alckmin Filho, Fernando Haddad

Apresentação: 07/07/2024 09:47:00.000 - MESA

MSC n.623/2024



**ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

A República Federativa do Brasil

e

a República Democrática de São Tomé e Príncipe

(doravante designadas as "Partes" ou, individualmente, "Parte"),

Desejando reforçar e aperfeiçoar os laços de amizade e o espírito de cooperação contínua entre as Partes;

Buscando criar e manter condições favoráveis aos investimentos de investidores de uma Parte no território da outra Parte;

Buscando estimular, simplificar e apoiar investimentos bilaterais, abrindo novas oportunidades de integração entre as Partes;

Reconhecendo o papel fundamental do investimento na promoção do desenvolvimento sustentável;

Considerando que o estabelecimento de uma parceria estratégica entre as Partes na área de investimentos trará benefícios amplos e recíprocos;

Reconhecendo a importância de promover um ambiente transparente e amigável para os investimentos de investidores das Partes;

Reafirmando a autonomia regulatória e a faculdade de cada Parte para implementar políticas públicas;



Desejando encorajar e fortalecer os contatos entre os investidores e os governos das duas Partes; e

Buscando criar um mecanismo de diálogo técnico e promover iniciativas governamentais que contribuam para o aumento significativo dos investimentos mútuos;

Acordam concluir o seguinte Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, doravante denominado "Acordo", conforme o seguinte:

PARTE I

Escopo do Acordo e Definições

Artigo 1

Objetivo

O objetivo do presente Acordo é facilitar e promover os investimentos mútuos por meio do estabelecimento de marco adequado de tratamento dos investidores e de seus investimentos, do estabelecimento de marco institucional para a cooperação e a facilitação, incluindo uma Agenda para a Cooperação e Facilitação, bem como de mecanismos para a prevenção e solução de controvérsias.

Artigo 2

Âmbito de aplicação e cobertura

1. Este Acordo aplica-se a todos os investimentos realizados antes ou depois de sua entrada em vigor.
2. Este Acordo não limitará os direitos e benefícios de que um investidor de uma Parte goze ao amparo do Direito nacional ou internacional no território da outra Parte.
3. Para maior certeza, as Partes reafirmam que este Acordo deverá ser aplicado sem prejuízo dos direitos e obrigações derivados dos Acordos da Organização Mundial do Comércio.
4. Este Acordo não impedirá a adoção e a implementação de novas exigências legais ou restrições a investidores e seus investimentos, desde que estas sejam compatíveis com este Acordo.



* C D 2 4 1 7 9 2 5 2 1 6 0 0 *

5. Este Acordo não se aplicará à emissão de licenças compulsórias emitidas em relação aos direitos de propriedade intelectual em conformidade com o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio da Organização Mundial do Comércio (Acordo de TRIPS), ou à revogação, limitação ou criação de direitos de propriedade intelectual na medida em que a sua emissão, revogação, limitação ou criação seja compatível com o Acordo de TRIPS.

Artigo 3 Definições

1. Para os propósitos deste Acordo:

1.1 "Empresa" significa qualquer entidade constituída ou organizada conforme a legislação nacional aplicável de cada Parte, com ou sem fins lucrativos, de propriedade privada ou estatal.

1.2 "Estado anfitrião" significa a Parte em que o investimento é feito.

1.3 "Investimento" significa um investimento direto de um investidor de uma Parte, estabelecido ou adquirido de conformidade com as leis e regulamentos da outra Parte, que permita exercer, direta ou indiretamente, controle ou grau significativo de influência sobre a gestão da produção de bens ou da prestação de serviços no território da outra Parte, incluindo, mas não exaustivamente:

- a) ações, títulos, participações e outros tipos de capital de uma empresa;
- b) bens móveis ou imóveis e quaisquer outros direitos de propriedade, como hipoteca, encargo, penhor, usufruto e direitos e obrigações semelhantes;
- c) direitos de exploração e uso conferido por licenças, autorizações ou concessões outorgadas e reguladas pela legislação do Estado anfitrião e/ou por contrato;
- d) empréstimos a outra empresa e instrumentos de dívida de outra empresa; e
- e) direitos de propriedade intelectual, conforme definidos ou referenciados no Acordo de TRIPS.



1.3.1 Para os efeitos deste Acordo e para maior certeza, "Investimento" não inclui:

- a) uma ordem ou julgamento emitido em qualquer procedimento judicial ou administrativo;
- b) títulos de dívida emitidos por uma Parte ou empréstimos concedidos por uma Parte à outra Parte, títulos, debêntures, empréstimos ou outros instrumentos de dívida de uma empresa estatal de uma Parte que seja considerada dívida pública em conformidade com a lei dessa Parte;
- c) investimentos de portfólio, ou seja, aqueles que não permitem ao investidor exercer um grau significativo de influência na gestão da empresa; e
- d) os direitos de crédito decorrentes exclusivamente de contratos comerciais para a venda de bens ou serviços por parte de um investidor no território de uma Parte a um nacional ou uma empresa no território da outra Parte, ou a concessão de crédito no âmbito de uma transação comercial, ou quaisquer outras reivindicações monetárias que não envolvam o tipo de interesses estabelecidos nas alíneas de (a) a (e) acima; e
- e) direitos derivados de quaisquer despesas ou outras obrigações financeiras incorridas pelo investidor antes do estabelecimento do investimento, inclusive com vistas a cumprir a regulamentação relativa à admissão do capital estrangeiro ou outros limites ou condições específicas, de acordo com a legislação sobre admissão de investimentos do Estado anfitrião.

1.4 "Investidor" significa um nacional, residente permanente, de acordo com as leis e regulamentos de cada Parte, ou empresa de uma Parte que tenha realizado um investimento no território da outra Parte.

1.5 "Medida" significa qualquer medida adotada por uma Parte, seja sob a forma de lei, regulamento, regra, procedimento, decisão ou disposição administrativa, seja sob qualquer outra forma.

1.6 "Nacional" significa uma pessoa natural de nacionalidade de uma Parte, de acordo com suas leis e regulamentos.



1.7 "Território" significa o território, incluindo seus espaços terrestres, aéreos, a zona econômica exclusiva, o mar territorial, a plataforma continental, o solo e subsolo sobre os quais a Parte exerce seus direitos de soberania ou jurisdição, de acordo com direito internacional e com sua legislação interna.

PARTE II

Medidas Regulatórias

Artigo 4

Tratamento

1. Cada Parte deverá admitir e encorajar os investimentos de investidores de outra Parte, de acordo com suas respectivas leis e regulamentos e em conformidade com este Acordo.

2. De acordo com os princípios deste Acordo, cada Parte assegurará que todas as medidas que afetem os investimentos sejam administradas de forma razoável, objetiva e imparcial, em conformidade com o devido processo legal e com as respectivas legislações.

3. Para maior certeza, os padrões de "tratamento justo e equitativo" e "proteção e segurança total" não estão cobertos por este Acordo e não deverão ser utilizados como padrão interpretativo nas controvérsias de investimentos.

Artigo 5

Tratamento nacional

1. Sem prejuízo das medidas vigentes ao amparo de sua legislação na data em que este Acordo entrar em vigor, cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos seus próprios investidores em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos em seu território.

2. Sem prejuízo das medidas vigentes ao amparo de sua legislação na data em que este Acordo entrar em vigor, cada Parte outorgará aos investimentos dos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos de seus próprios investidores em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos.



3. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar novos requisitos que afetem investidores da outra Parte desde que tais requisitos não sejam discriminatórios e estejam em conformidade com este Acordo.

4. Para maior certeza, o tratamento a ser acordado em "circunstâncias similares" depende da totalidade das circunstâncias, inclusive se o tratamento pertinente distingue entre investidores ou investimentos com base em objetivos legítimos de interesse público.

5. Para maior certeza, este Artigo não será interpretado no sentido de obrigar uma Parte a compensar desvantagens competitivas intrínsecas que resultem do caráter estrangeiro dos investidores e seus investimentos.

Artigo 6

Tratamento de nação mais favorecida

1. Cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investidores de qualquer terceiro Estado em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos em seu território.

2. Cada Parte outorgará aos investimentos dos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos, em seu território, de investidores de qualquer terceiro Estado em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos.

3. Este Artigo não será interpretado no sentido de requerer que uma Parte garanta ao investidor de outra Parte ou seus investimentos o benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio decorrente de:

- a) dispositivos relativos à solução de controvérsias em matéria de investimentos constantes de um acordo de investimentos ou um capítulo de investimentos em um acordo comercial;
- b) qualquer acordo de integração econômica regional, união aduaneira ou mercado comum do qual a Parte seja ou se torne membro.



4. Para maior certeza, o tratamento outorgado em "circunstâncias similares" depende da totalidade das circunstâncias, inclusive se o tratamento relevante distingue entre investidores ou investimentos com base em objetivos legítimos de interesse público.

Artigo 7

Desapropriação direta

1. Na determinação do montante da compensação em caso de desapropriação, a autoridade competente de cada Parte deverá seguir as disposições deste Artigo.

2. Nenhuma Parte nacionalizará ou desapropriará os investimentos de investidores da outra Parte, exceto se:

- a) por utilidade ou necessidade públicas ou quando justificado por interesse social;
- b) de forma não discriminatória;
- c) mediante o pagamento de indenização efetiva, de acordo com os parágrafos de 2 a 5; e
- d) em conformidade com o princípio do devido processo legal.

3. A compensação deverá:

- a) ser paga sem demora indevida;
- b) ser equivalente ao valor justo de mercado do investimento desapropriado imediatamente antes de a desapropriação ocorrer ("data de desapropriação");
- c) não refletir qualquer alteração no valor de mercado devida a que se tenha tido conhecimento, antes da data de desapropriação, da intenção de desapropriar; e
- d) ser completamente pagável e livremente transferível, de acordo com o Artigo 10.

4. Para evitar dúvidas, quando o Brasil for a Parte desapropriadora, a compensação pela desapropriação da propriedade que não está



desempenhando função social poderá ser feita sob a forma de títulos da dívida, em conformidade com suas leis e regulamentos, e nada neste Acordo ensejará a interpretação de que tal forma de compensação é incompatível com este Acordo.

5. A compensação a ser paga não será inferior ao valor justo de mercado na data de desapropriação, mais os juros fixados com base em critérios de mercado, acumulados desde a data da desapropriação até a data do pagamento, de acordo com a legislação do Estado anfitrião.

6. Para maior certeza, este Acordo abrange apenas a desapropriação direta, que ocorre quando um investimento é nacionalizado ou de outra forma diretamente desapropriado por meio da transferência formal de título ou de direitos de propriedade, e não abrange desapropriação indireta.

Artigo 8

Compensação por perdas

1. Os investidores de uma Parte cujos investimentos no território da outra Parte sofram perdas devido a guerra ou outro conflito armado, revolução, estado de emergência nacional, insurreição, distúrbio ou qualquer outro acontecimento similar gozarão, no que se refere à restituição, indenização ou outra forma de compensação, do mesmo tratamento que a última Parte conceder aos próprios investidores ou do tratamento outorgado a uma terceira parte, o que for mais favorável ao investidor afetado.

2. Cada Parte proverá ao investidor a restituição, compensação ou ambas, conforme o caso, em conformidade com o Artigo 6 deste Acordo, no caso em que investimentos sofram perdas em seu território, em quaisquer das situações contempladas no parágrafo 1 deste Artigo que resultem de:

- a) requisição de seu investimento ou de parte dele pelas forças ou autoridades desta última Parte, ou
- b) destruição de seu investimento ou qualquer parte dele pelas forças ou autoridades desta última Parte.

Artigo 9

Transparência



1. Cada Parte garantirá que as suas leis, regulamentos, procedimentos e decisões administrativas de aplicação geral com relação a qualquer matéria abrangida por este Acordo, em particular referentes a qualificação, licenciamento e certificação, sejam publicadas em diário oficial e, quando possível, em formato eletrônico, de tal maneira que permita às pessoas interessadas da outra Parte tomar conhecimento de tais informações.

2. Tal como disposto em suas leis e regulamentos, cada Parte:

- publicará qualquer medida relacionada a investimentos que se proponha a adotar;
- fornecerá oportunidade razoável às pessoas interessadas para que expressem suas opiniões sobre tais medidas.

3. Sempre que possível, cada Parte divulgará este Acordo junto a seus respectivos agentes financeiros públicos e privados responsáveis pela avaliação técnica de riscos e pela aprovação de empréstimos, créditos, garantias e seguros relacionados aos investimentos no território da outra Parte.

Artigo 10

Transferências

1. Cada Parte permitirá que a transferência, de seu território para o exterior e do exterior para seu território de recursos relacionados a um investimento seja feita livremente e sem demora indevida. Tais transferências incluem:

- a contribuição ao capital inicial ou qualquer adição deste em relação à manutenção ou expansão do investimento;
- os rendimentos diretamente relacionados com o investimento, tais como lucros, juros, ganhos de capital, dividendos e royalties;
- as receitas provenientes da venda ou liquidação, total ou parcial, do investimento;
- os pagamentos de qualquer empréstimo, incluindo os juros sobre este, diretamente relacionados com o investimento; e
- o montante da compensação.



2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 deste Artigo, uma Parte poderá, de maneira não discriminatória e de boa fé, impedir a realização de uma transferência, se tal transferência puder ser impedida ao amparo de suas leis relativas a:

- a) falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores;
- b) infrações penais;
- c) relatórios financeiros ou conservação de registros de transferências, quando seja necessário para colaborar com autoridades policiais ou com reguladores financeiros; ou
- d) garantia de cumprimento de decisões no âmbito de procedimentos judiciais ou administrativos.

3. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar ou manter medidas restritivas temporárias com relação a pagamentos ou transferências relativas a transações correntes na eventualidade de sérias dificuldades de balanço de pagamentos e de dificuldades ou ameaça de dificuldades financeiras externas.

4. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar e manter medidas restritivas temporárias com relação a pagamentos ou transferências relativas a movimentos de capital;

- a) em caso de sérias dificuldades de balanço de pagamentos ou dificuldades ou ameaça de dificuldades financeiras externas;
- b) quando, em circunstâncias excepcionais, pagamentos ou transferências relativas a movimentos de capital gerarem ou ameçarem gerar sérias dificuldades de gestão macroeconômica.

5. A adoção de medidas restritivas temporárias relativas a transferências em caso de existência de sérias dificuldades no balanço de pagamentos descritas nos parágrafos 3 e 4 deste Artigo deve ser não discriminatória e em conformidade com o Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.

Artigo 11

Medidas tributárias

1. Nada neste Acordo se aplicará a medidas tributárias, sempre que tais medidas não sejam aplicadas de forma a constituir discriminação arbitrária



ou injustificada de investidores de outra Parte e seus investimentos ou uma restrição disfarçada a tais investidores e investimentos.

2. Para maior certeza, nada neste Acordo:

- a) afetar os direitos e obrigações das Partes derivados de um acordo para evitar a dupla tributação, atual ou futuro, de que uma das Partes deste Acordo seja parte ou venha a se tornar parte;
- b) será interpretado no sentido de evitar a adoção de qualquer medida dirigida à imposição e arrecadação equitativa e eficaz de tributos, de acordo com a legislação das Partes.

Artigo 12

Medidas prudenciais

1. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar ou manter medidas prudenciais, tais como:

- a) a proteção dos investidores, depositantes, participantes do mercado financeiro, detentores de apólices, beneficiários de apólices ou pessoas com quem alguma instituição financeira tenha uma obrigação fiduciária;
- b) a manutenção da segurança, solidez, solvência, integridade ou responsabilidade financeira de instituições financeiras; e
- c) a garantia da integridade e estabilidade do sistema financeiro de uma Parte.

2. Quando tais medidas não estiverem em conformidade com as disposições deste Acordo, elas não serão utilizadas como meio para evitar os compromissos ou obrigações contraídos pela Parte ao amparo deste Acordo.

Artigo 13

Exceções de segurança

Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir que uma Parte adote ou mantenha medidas destinadas a preservar sua segurança



nacional ou ordem pública, ou que aplique o disposto em suas leis penais ou que cumpra suas obrigações relativas à manutenção da paz e da segurança internacional em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

Artigo 14

Cumprimento do Direito interno

1. As Partes reafirmam e reconhecem que:
 - a) Os investidores e seus investimentos deverão cumprir todas as leis, regulamentos, diretrizes administrativas, bem como políticas da Parte concernentes ao estabelecimento, aquisição, administração, operação e alienação de investimentos;
 - b) Investidores e seus investimentos não deverão, antes ou depois do estabelecimento de um investimento, oferecer, prometer ou dar qualquer vantagem pecuniária indevida, gratificação ou presente, direta ou indiretamente, a um servidor público ou funcionário de governo de uma Parte como forma de induzir a que realize ou deixe de realizar qualquer ato oficial ou para obter ou manter vantagem indevida, nem ser cúmplices de incitar, auxiliar, instigar ou conspirar para que sejam cometidos tais atos.
 - c) O investidor deverá, de maneira plena e precisa, fornecer as informações que, ao amparo da legislação aplicável, as Partes solicitarem acerca de um investimento e da história e práticas corporativas do investidor, para fins do processo decisório em relação ao investimento ou apenas para fins estatísticos.

Artigo 15

Responsabilidade social corporativa

1. Os investidores e seus investimentos devem esforçar-se para alcançar o mais alto nível possível de contribuição para o desenvolvimento sustentável do Estado anfitrião e da comunidade local, por meio da adoção de um alto grau de práticas socialmente responsáveis, com base nos princípios e normas estabelecidas neste Artigo.
2. Os investidores e seus investimentos deverão realizar os seus melhores esforços para cumprir os seguintes princípios e padrões para uma



conduta empresarial responsável e compatível com as leis adotadas pelo Estado anfitrião:

- a) contribuir para o progresso econômico, social e ambiental com vistas a alcançar um desenvolvimento sustentável;
- b) respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos das pessoas envolvidas nas atividades dos investidores;
- c) estimular a geração de capacidades locais, mediante uma estreita colaboração com a comunidade local;
- d) fomentar a formação do capital humano, em particular, por meio da criação de oportunidades de emprego e oferecendo capacitação aos empregados;
- e) abster-se de buscar ou aceitar isenções não contempladas no marco legal ou regulatório relacionadas com os direitos humanos, o meio ambiente, a saúde, a segurança, o trabalho, o sistema tributário, os incentivos financeiros ou outras questões;
- f) apoiar e defender os princípios da boa governança corporativa e desenvolver e implementar boas práticas de governança corporativa;
- g) desenvolver e implementar práticas de autodisciplina e sistemas de gestão eficazes que promovam uma relação de confiança mútua entre os investidores e as sociedades nas quais exercem sua atividade;
- h) promover o conhecimento e o cumprimento, por parte dos empregados, das políticas da empresa mediante sua difusão adequada, inclusive por meio de programas de capacitação;
- i) abster-se de adotar medidas discriminatórias ou disciplinares contra os trabalhadores que enviarem relatórios à direção ou, quando apropriado, às autoridades públicas competentes, sobre práticas contrárias à lei ou às políticas da empresa;
- j) fomentar, na medida do possível, que seus parceiros, incluindo prestadores de serviços e contratados, apliquem princípios de conduta empresarial compatíveis com os princípios previstos neste Artigo; e



- k) abster-se de qualquer ingerência indevida nas atividades políticas locais.

Artigo 16

Medidas sobre investimentos e luta contra a corrupção e a ilegalidade

1. Cada Parte adotará medidas para prevenir e combater a corrupção, a lavagem de ativos e o financiamento ao terrorismo em relação com as matérias abrangidas por este Acordo, em conformidade com suas leis e regulamentos.
2. Nada neste Acordo obrigará qualquer das Partes a proteger investimentos realizados com capitais ou ativos de origem ilícita ou investimentos em cujo estabelecimento ou operação for comprovada a ocorrência de atos ilegais e para os quais a legislação nacional preveja a pena de confisco.

Artigo 17

Disposições sobre investimentos e meio ambiente, assuntos trabalhistas e saúde

1. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar, manter ou fazer cumprir qualquer medida que considere apropriada para garantir que as atividades de investimento no seu território se efetuem em conformidade com a legislação trabalhista, ambiental ou de saúde dessa Parte, desde que essa medida não seja aplicada de forma que constitua um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição disfarçada.
2. As Partes reconhecem que não é apropriado estimular o investimento por meio da redução das exigências de sua legislação trabalhista, ambiental ou de saúde. Portanto, cada Parte garante que não emendará ou revogará, nem oferecerá emendar ou revogar tal legislação para estimular o estabelecimento, a manutenção ou a expansão de um investimento em seu território, na medida em que tal alteração ou revogação envolva a diminuição de suas exigências trabalhistas, ambientais ou de saúde. Se uma das Partes considerar que a outra Parte ofereceu incentivo desse tipo, as Partes tratarão da questão por meio de consultas.

PARTE III

Governança Institucional e Prevenção e Solução de Controvérsias



Artigo 18

Comitê Conjunto para a Administração do Acordo

1. Para os propósitos deste Acordo, as Partes estabelecem um Comitê Conjunto para a gestão deste Acordo (doravante designado "Comitê Conjunto").
2. O Comitê Conjunto será composto por representantes governamentais de ambas as Partes, designados por seus respectivos Governos.
3. O Comitê Conjunto reunir-se-á nas datas, nos locais e pelos meios que as Partes acordarem. As reuniões serão realizadas pelo menos uma vez por ano, com presidência alternada entre as Partes.
4. O Comitê Conjunto terá as seguintes atribuições e competências:
 - a) supervisionar a implementação e a execução deste Acordo;
 - b) discutir temas relativos a investimentos e divulgar oportunidades para a expansão de investimentos mútuos;
 - c) coordenar a implementação das Agendas para Cooperação e Facilitação de Investimentos, em conformidade com o Artigo 26;
 - d) consultar o setor privado e a sociedade civil, quando cabível, sobre seus pontos de vista sobre questões específicas relacionadas com os trabalhos do Comitê Conjunto;
 - e) buscar resolver quaisquer temas ou disputas relativas a investimentos de investidores de uma das Partes de maneira amigável; e
 - f) suplementar as regras para controvérsias arbitrais entre as Partes, se necessário.
5. As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho *ad hoc*, que se reunirão conjuntamente com o Comitê Conjunto ou separadamente.
6. O setor privado poderá ser convidado a integrar os grupos de trabalho *ad hoc*, quando assim autorizado pelo Comitê Conjunto.
7. O Comitê Conjunto elaborará seu próprio regulamento interno.

Artigo 19



Pontos Focais Nacionais ou *Ombudspersons*

1. Cada Parte designará um único órgão ou autoridade como Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson*, que terá como função principal dar apoio aos investidores da outra Parte em seu território.
2. Na República Federativa do Brasil, o Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson* será o Ombudsman de Investimentos Diretos (OID) da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
3. Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson* será a Agência de Promoção do Comércio e Investimentos (APCI).
4. O Ponto Focal Nacional/*Ombudsperson*, entre outras atribuições, deverá:
 - a) buscar atender às recomendações do Comitê Conjunto e interagir com o Ponto Focal Nacional da outra Parte, em conformidade com este Acordo;
 - b) dar seguimento a pedidos e consultas da outra Parte ou dos investidores da outra Parte com as autoridades competentes e informar aos interessados dos resultados de suas gestões;
 - c) avaliar, em consulta com as autoridades governamentais competentes, sugestões e reclamações recebidas da outra Parte ou de investidores da outra Parte e recomendar, quando apropriado, ações para melhorar o ambiente de investimentos;
 - c) buscar prevenir controvérsias em matéria de investimentos, em coordenação com as autoridades governamentais e entidades privadas relevantes;
 - d) prestar informações tempestivas e úteis sobre questões normativas relacionadas a investimentos em geral ou a projetos específicos; e
 - e) relatar ao Comitê Conjunto suas atividades e ações, quando cabível.
5. Os Pontos Focais Nacionais ou *Ombudspersons* cooperarão entre si e com o Comitê Conjunto, com vistas a auxiliar na prevenção de controvérsias entre as Partes.



6. Cada Parte determinará os prazos para a implementação de cada uma de suas atribuições e responsabilidades, que serão comunicadas à outra Parte.

Artigo 20

Intercâmbio de informação entre as Partes

1. As Partes trocarão informações, sempre que possível e relevante para os investimentos recíprocos, relativas a oportunidades de negócios e procedimentos e requisitos para investimentos, em particular por meio do Comitê Conjunto e de seus Pontos Focais Nacionais.

2. Com esse propósito, quando solicitada, uma Parte prestará, tempestivamente e com respeito pelo nível aplicável de proteção, informação acerca, em particular, dos seguintes assuntos:

- a) condições regulatórias para investimentos;
- b) programas governamentais e possíveis incentivos a eles relacionados;
- c) políticas públicas e marcos regulatórios que possam afetar os investimentos;
- d) marco legal para investimentos, incluindo legislação sobre o estabelecimento de empresas e *joint ventures*;
- e) tratados internacionais relevantes;
- f) procedimentos aduaneiros e regimes tributários;
- g) informações estatísticas sobre mercados de bens e serviços;
- h) infraestrutura e serviços públicos disponíveis;
- i) compras governamentais e concessões públicas;
- j) legislação social e trabalhista;
- k) legislação migratória;
- l) legislação cambial;
- m) legislação relativa a setores econômicos específicos previamente identificados pelas Partes; e
- n) projetos e acordos regionais relativos a investimentos; e



o) Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Artigo 21

Tratamento da informação protegida

1. Cada Parte respeitará o nível de proteção da informação estabelecido pela Parte que tenha prestado a informação, em conformidade com sua respectiva legislação sobre a matéria.
2. Nenhum dos dispositivos deste Acordo deverá ser interpretado no sentido de exigir de qualquer das Partes que preste informação protegida cuja divulgação possa comprometer o cumprimento da lei ou, de outra maneira, seja contrária ao interesse público ou viole a privacidade ou interesses comerciais legítimos. Para os propósitos deste parágrafo, a informação protegida inclui informação comercial sigilosa ou informação considerada privilegiada ou protegida contra divulgação ao amparo das leis aplicáveis de uma Parte.

Artigo 22

Interação com o setor privado

Reconhecendo o papel fundamental que desempenha o setor privado, as Partes disseminarão, entre os setores empresariais pertinentes, as informações de caráter geral sobre investimentos, marcos normativos e oportunidades de negócio no território da outra Parte.

Artigo 23

Cooperação entre agências responsáveis pela promoção de investimentos

As Partes promoverão a cooperação entre suas agências de promoção de investimentos, com vistas a facilitar investimentos no território da outra Parte.

Artigo 24

Procedimento de prevenção de controvérsias

1. Se uma Parte considerar que uma medida específica adotada pela outra Parte constitui uma violação deste Acordo, poderá invocar este Artigo



para iniciar um procedimento de prevenção de controvérsias no âmbito do Comitê Conjunto.

2. As seguintes regras aplicar-se-ão ao procedimento acima mencionado:

- a) para iniciar o procedimento, a Parte interessada submeterá um pedido por escrito à outra Parte, na qual identificará a medida específica em questão e informará as conclusões de fato e de direito subjacentes à alegação. O Comitê Conjunto se reunirá dentro de sessenta (60) dias contados a partir da data do pedido;
- b) o Comitê Conjunto disporá de sessenta (60) dias a contar da data da primeira reunião, prorrogável por acordo mútuo, para avaliar a alegação apresentada e preparar um relatório;
- c) o relatório do Comitê Conjunto incluirá:
 - i) a identificação da Parte que alegou a violação;
 - ii) a descrição da medida em questão e a violação do Acordo alegada; e
 - iii) as conclusões do Comitê Conjunto.
- d) caso a disputa não seja resolvida após a conclusão dos prazos estabelecidos neste Artigo ou uma Parte não participe das reuniões do Comitê Conjunto convocadas em conformidade com este Artigo, a controvérsia poderá ser submetida por uma Parte à arbitragem, em conformidade com o Artigo 25 deste Acordo.

3. Se a medida em questão disser respeito a um investidor específico, aplicar-se-ão as seguintes regras adicionais:

- a) a alegação inicial identificará o investidor afetado;
- b) representantes do investidor afetado podem ser convidados a comparecer perante o Comitê Conjunto.

4. Sempre que relevante para a apreciação da medida em questão, o Comitê Conjunto poderá convidar outras partes interessadas a comparecer perante o Comitê Conjunto e apresentar suas opiniões sobre tal medida.

5. As atas das reuniões realizadas no âmbito do Procedimento de Prevenção de Controvérsias e toda a documentação conexa serão mantidas em



sigilo, com exceção do relatório apresentado pelo Comitê Conjunto nos termos do parágrafo 2, sujeito à legislação de cada uma das Partes sobre a divulgação de informações.

Artigo 25

Solução de controvérsias entre as Partes

1. Uma vez esgotado o procedimento previsto no parágrafo 2 do Artigo 24 sem que a controvérsia tenha sido resolvida, qualquer das Partes poderá submetê-la a um Tribunal Arbitral *ad hoc*, em conformidade com as disposições deste Artigo. Alternativamente, as Partes poderão optar, de comum acordo, por submeter a controvérsia a uma instituição arbitral permanente para a solução de controvérsias em matéria de investimentos. Salvo que as Partes decidam o contrário, tal instituição aplicará as disposições deste Artigo.
2. O objetivo da arbitragem é determinar a conformidade com este Acordo de medida alegada por uma Parte como desconforme com este Acordo.
3. Não poderão ser objeto de arbitragem o Artigo 13 (Exceções de Segurança), o Artigo 14 (Direito Interno), o Artigo 15 (Responsabilidade Social Corporativa), o parágrafo 1 do Artigo 16 (Medidas sobre Investimentos e Luta contra a Corrupção e a Ilegalidade) e o parágrafo 2 do Artigo 17 (Disposições sobre Investimentos e Meio Ambiente, Assuntos Trabalhistas e Saúde).
4. Este Artigo não se aplicará a qualquer controvérsia relativa a quaisquer fatos ocorridos ou a quaisquer medidas adotadas antes da entrada em vigor deste Acordo.
5. Este Artigo não se aplicará a qualquer controvérsia, se houver transcorrido mais de cinco (5) anos a partir da data na qual a Parte teve conhecimento ou deveria ter tido conhecimento dos fatos que deram lugar à controvérsia.
6. O Tribunal Arbitral será composto por três árbitros. Cada uma das Partes designará, dentro de um prazo de três (3) meses depois de receber a "notificação de arbitragem", um membro do Tribunal Arbitral. Os dois membros, dentro de um prazo de três (3) meses contados a partir da designação do segundo árbitro, designarão um nacional de um terceiro Estado, com o qual ambas as Partes mantenham relações diplomáticas, que, após a aprovação por ambas as Partes, será nomeado Presidente do Tribunal Arbitral. A designação do Presidente deverá ser aprovada pelas Partes em um prazo de um (1) mês, contado a partir da data de sua nomeação.



7. Se, dentro dos prazos especificados no parágrafo 6 deste Artigo, não tiverem sido efetuadas as nomeações necessárias, qualquer das Partes poderá solicitar ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que faça as nomeações necessárias. Se o Presidente da Corte Internacional de Justiça for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer a referida função, o membro da Corte Internacional de Justiça de maior antiguidade que não seja nacional de qualquer das Partes será convidado a efetuar as nomeações necessárias.

8. Os Árbitros deverão:

- a) ter a experiência ou especialidade necessária em Direito Internacional Público, regras internacionais sobre investimento ou comércio internacional, ou em resolução de controvérsias relativas a acordos internacionais de investimentos;
- b) ser independentes e não estar vinculados, direta ou indiretamente, a qualquer das Partes ou aos outros árbitros ou a potenciais testemunhas, nem receber instruções das Partes; e
- c) cumprir as "Regras de conduta para o entendimento sobre regras e procedimentos de controvérsias" da Organização Mundial de Comércio (WTO/DSB/RC/1, datado de 11/12/1996), conforme aplicável à disputa ou qualquer outro padrão de conduta estabelecido pelo Comitê Conjunto.

9. A "Notificação de Arbitragem" e outros documentos relacionados com a resolução da controvérsia serão apresentados nos locais a serem designados por cada Parte.

10. O Tribunal Arbitral deverá determinar seus próprios procedimentos, em consulta com as partes e de acordo com este Artigo e, subsidiariamente, na medida em que não conflite com este Acordo, com o Regulamento de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional (CNUDMI) vigente na data de entrada em vigor deste Acordo. O Tribunal Arbitral tomará sua decisão por maioria de votos e decidirá com base nas disposições deste Acordo e nos princípios e regras de Direito Internacional reconhecidos por ambas as Partes. Salvo acordo em contrário, a decisão do Tribunal Arbitral será proferida dentro do prazo de nove (9) meses, prorrogáveis por noventa (90) dias após a nomeação do Presidente, em conformidade com os parágrafos 6 e 7 deste Artigo.



11. A decisão do Tribunal Arbitral será definitiva e obrigatória para as Partes, que deverão cumpri-la sem demora.

12. O Comitê Conjunto adotará a regra geral para a fixação da remuneração dos árbitros levando em conta as práticas de organizações internacionais relevantes. As Partes arcarão igualmente com as despesas dos árbitros e outros custos do procedimento, salvo que se acorde de outro modo.

13. Sem prejuízo do parágrafo 2 deste Artigo, as Partes poderão solicitar, por meio de um compromisso arbitral específico, que os árbitros examinem a existência de prejuízos causados pela medida em questão em conformidade com este Acordo e que estabeleçam, por meio de um laudo, uma compensação pelos referidos prejuízos. Neste caso, além do disposto nos parágrafos anteriores deste Artigo, devem-se observar as seguintes disposições:

- a) o compromisso arbitral para exame de prejuízos equivalerá à "Notificação de Arbitragem" no sentido do parágrafo 9 deste Artigo.
- b) este parágrafo não se aplicará a uma controvérsia relativa a um investidor específico que tenha sido previamente resolvida e em que haja proteção da coisa julgada. Se um investidor tiver submetido a tribunais locais ou a um tribunal de arbitragem do Estado Anfitrião uma reclamação sobre a medida questionada no Comitê Conjunto, a arbitragem que examine prejuízos somente poderá ser iniciada depois da renúncia do investidor à sua reclamação perante tribunais locais ou tribunal arbitral do Estado Anfitrião. Se, depois de estabelecida a arbitragem, chegar ao conhecimento dos árbitros ou das Partes a existência de reclamações nas cortes locais ou tribunais arbitrais sobre a medida questionada, a arbitragem será suspensa.
- c) se o laudo arbitral estabelecer uma compensação monetária, a Parte que receber tal indenização deverá transferi-la aos titulares dos direitos do investimento em questão, uma vez deduzidos os custos da controvérsia, em conformidade com os procedimentos internos de cada Parte. A Parte cujas pretensões forem acolhidas poderá solicitar ao Tribunal Arbitral que ordene a transferência da indenização diretamente aos titulares dos direitos do investimento afetados e o pagamento dos custos a quem os tenha assumido.



* C D 2 4 1 7 9 2 5 2 1 6 0 0 *

PARTE IV

Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

Artigo 26

Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

1. O Comitê Conjunto desenvolverá e discutirá uma Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos nos temas relevantes para a promoção e melhoria do ambiente bilateral de investimentos.
2. Os assuntos a serem inicialmente tratados pelas Partes serão acordados na primeira reunião do Comitê Conjunto.
3. Como resultado das discussões no âmbito do Comitê Conjunto com relação à Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos, as Partes poderão adotar compromissos específicos adicionais.

PARTE V

Disposições Finais

Artigo 27

Emendas

1. Este Acordo poderá ser emendado a qualquer momento por solicitação de qualquer das Partes. A Parte que solicitar a adoção de uma emenda deverá submeter sua solicitação por escrito, na qual explicará as razões para a emenda. A outra Parte manterá consultas com a Parte requerente com relação à emenda proposta e também responderá por escrito à solicitação.
2. Qualquer acordo para emendar este Acordo deve ser manifestado por escrito, seja em instrumento singular seja por meio de troca de notas diplomáticas. Estas emendas serão vinculantes em tribunais constituídos ao amparo do Artigo 25 deste Acordo, e o laudo do tribunal deve ser compatível com todas as emendas a este Acordo.
3. As emendas entrarão em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 28.



Artigo 28

Disposições Finais

1. Nem o Comitê Conjunto nem os Pontos Focais ou *Ombudspersons* poderão substituir ou prejudicar, de nenhuma forma, qualquer outro acordo ou a via diplomática existente entre as Partes.
2. Sem prejuízo de suas reuniões regulares, após dez (10) anos da entrada em vigor deste Acordo, o Comitê Conjunto realizará uma revisão geral de sua implementação e fará recomendações de possíveis emendas, se necessário.
3. Este Acordo entrará em vigor noventa (90) dias após a data do recebimento da segunda nota diplomática que indique que todos os procedimentos internos necessários relativos à conclusão e à entrada em vigor de acordos internacionais foram concluídos por ambas as Partes. Este Acordo permanecerá em vigor por um período de dez (10) anos, podendo ser tacitamente prorrogado por igual período.
4. Qualquer Parte pode denunciar este Acordo a qualquer momento, desde que o faça por notificação escrita, pela via diplomática, à outra Parte. O término deverá ter efeito em data a ser acordada pelas Partes ou, se as Partes não lograrem chegar a um acordo, trezentos e sessenta e cinco (365) dias depois da data em que a notificação de denúncia for entregue.

Em testemunho de que os abaixo assinados, devidamente autorizados a isso por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em São Tomé, no dia 27 de agosto de 2023, em dois exemplares em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL

PELA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Apresentação: 29/07/2024 09:47:00.000 - MESA

MSC n.623/2024



COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 623, DE 2024

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado ALBUQUERQUE

I – RELATÓRIO

A Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 23 de julho de 2024, a Mensagem nº 623, de 2024, acompanhada de Exposição de Motivos Conjunta do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro da Fazenda e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, EMI nº 00011/2024 MRE MF MDIC, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII da Constituição Federal, do texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.



A Mensagem foi distribuída inicialmente a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sendo igualmente prevista a apreciação da matéria pela Comissão de Desenvolvimento Econômico; pela Comissão de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD), para posterior deliberação do Plenário desta Casa.

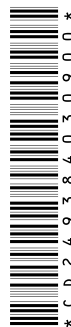
O presente Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) Brasil-São Tomé e Príncipe conforma-se ao modelo de ACFI elaborado com base em mandato do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) em 2013, buscando aumentar a previsibilidade e segurança jurídica de empresas e investidores brasileiros em São Tomé e Príncipe e de empresas e investidores santomenses no Brasil, com vistas a favorecer uma maior integração, melhor circulação de bens e pessoas, maior aproveitamento do potencial econômico-comercial bilateral e, com isso, obter crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, redução da pobreza, criação de empregos e expansão da capacidade produtiva e desenvolvimento humano dos dois países parceiros, conforme se obtém da Exposição de Motivos Interministerial que acompanha a presente Mensagem.

O ACFI Brasil-São Tomé e Príncipe é composto por preâmbulo e 28 artigos, dispostos em cinco partes, que passamos a sintetizar.

No Preâmbulo, as Partes expõem seu desejo de reforçar e aprofundar os laços de amizade e cooperação por meio da criação de condições favoráveis aos investimentos de investidores de uma Parte no território da Outra, promovendo um ambiente transparente e amigável para os investimentos recíprocos, reafirmando, porém, sua autonomia e espaço regulatório.

A **Parte I** do Acordo, composta pelos primeiros três artigos, apresenta o âmbito de aplicação do instrumento e as definições jurídico-operacionais.

O **artigo 1** estipula o objetivo do Acordo, que é fomentar a cooperação entre as Partes para facilitar e promover investimentos mútuos, por



meio de mecanismos de facilitação de investimentos, prevenção e resolução de controvérsias.

O **artigo 2** apresenta como âmbito de cobertura e aplicação do instrumento a totalidade dos investimentos realizados antes ou depois da sua entrada em vigor, sem prejuízo dos direitos e obrigações derivados dos Acordos da Organização Mundial do Comércio e do direito nacional ou internacional que proteja os investimentos de um investidor no território da outra Parte.

O **artigo 3** enuncia um rol de definições essenciais para a aplicação do ACFI, como “Estado anfitrião”, “empresa”, “investimento”, “investidor”, “nacional”, “medidas”, entre outros. Em particular, destacamos o conceito de investimento:

“1.3 “Investimento” significa um investimento direto de um investidor de uma Parte, estabelecido ou adquirido de conformidade com as leis e regulamentos da outra Parte, que permita exercer, direta ou indiretamente, controle ou grau significativo de influência sobre a gestão da produção de bens ou da prestação de serviços no território da outra Parte, incluindo, mas não exhaustivamente:

- a) ações, títulos, participações e outros tipos de capital de uma empresa;
- b) bens móveis ou imóveis e quaisquer outros direitos de propriedade, como hipoteca, encargo, penhor, usufruto e direitos e obrigações semelhantes;
- c) direitos de exploração e uso conferido por licenças, autorizações ou concessões outorgadas e reguladas pela legislação do Estado anfitrião e/ou por contrato;
- d) empréstimos a outra empresa e instrumentos de dívida de outra empresa; e
- e) direitos de propriedade intelectual, conforme definidos ou referenciados no Acordo de TRIPS.

1.3.1 Para os efeitos deste Acordo e para maior certeza, “Investimento” não inclui:

- a) uma ordem ou julgamento emitido em qualquer procedimento judicial ou administrativo;



b) títulos de dívida emitidos por uma Parte ou empréstimos concedidos por uma Parte à outra Parte, títulos, debêntures, empréstimos ou outros instrumentos de dívida de uma empresa estatal de uma Parte que seja considerada dívida pública em conformidade com a lei dessa Parte;

c) investimentos de portfólio, ou seja, aqueles que não permitem ao investidor exercer um grau significativo de influência na gestão da empresa; e

d) os direitos de crédito decorrentes exclusivamente de contratos comerciais para a venda de bens ou serviços por parte de um investidor no território de uma Parte a um nacional ou uma empresa no território da outra Parte, ou a concessão de crédito no âmbito de uma transação comercial, ou quaisquer outras reivindicações monetárias que não envolvam o tipo de interesses estabelecidos nas alíneas de (a) a (e) acima; e

e) direitos derivados de quaisquer despesas ou outras obrigações financeiras incorridas pelo investidor antes do estabelecimento do investimento, inclusive com vistas a cumprir a regulamentação relativa à admissão do capital estrangeiro ou outros limites ou condições específicas, de acordo com a legislação sobre admissão de investimentos do Estado anfitrião.”

A **Parte II** do Acordo desdobra as medidas regulatórias do instrumento, abrangendo os artigos 4 a 17.

O **artigo 4** impõe que as Partes garantam os direitos previstos no Acordo aos investimentos recíprocos em conformidade com suas leis e regulamentos, concedendo aos investimentos em seu território tratamento conforme ao devido processo legal e administrando as medidas nacionais que afetem os investimentos de maneira razoável, objetiva e imparcial. O dispositivo exclui da cobertura do Acordo os padrões de “tratamento justo e equitativo” e “proteção e segurança total” para efeito interpretativo nas controvérsias sobre investimentos.

O **artigo 5** dispõe sobre a regra do tratamento nacional aos investimentos estrangeiros da outra Parte. Sujeita às suas leis e regulamentos vigentes na data de entrada em vigor do Acordo, cada Parte deve conceder aos investimentos e investidores da outra Parte um tratamento não menos favorável do que o concedido, em circunstâncias similares, aos investimentos



de seus próprios investidores, em relação ao estabelecimento, à aquisição, à expansão, à administração, à condução, à operação e à venda ou outra forma de alienação de investimentos em seu território.

O **artigo 6** dispõe sobre a regra do tratamento de nação mais favorecida. Cada Parte deve conceder aos investimentos dos investidores da outra Parte um tratamento não menos favorável do que o concedido, em circunstâncias semelhantes, aos investimentos em seu território de um investidor de um Estado que não seja Parte, em relação ao estabelecimento, à aquisição, à expansão, à administração, à condução, à operação, à venda ou a outra forma de alienação de investimentos em seu território. O dispositivo exclui benefícios de tratamento, preferência ou privilégio decorrentes: de disposições relativas à solução de controvérsias sobre investimentos contidas em um acordo internacional de investimento ou um capítulo de investimentos em um acordo comercial; e de qualquer acordo de integração econômica regional, união aduaneira ou mercado comum do qual a Parte seja ou se torne membro.

O **artigo 7** restringe a nacionalização ou desapropriação de investimentos cobertos pelo Acordo, que só poderá ser efetivada por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, de forma não discriminatória, mediante o pagamento de indenização ao valor justo de mercado do investimento e em conformidade com o devido processo legal. O dispositivo abrange apenas a desapropriação direta.

O **artigo 8** estipula o tratamento nacional no que respeita à compensação por perdas decorrentes de conflitos armados, distúrbios internos e estados de emergência. Os investidores de uma Parte cujos investimentos no território da outra Parte sofram perdas derivadas de conflito armado internacional ou interno, revolução, estado de emergência nacional, insurreição, distúrbio ou qualquer outro acontecimento similar receberão da outra Parte, no que se refere à restituição, indenização ou outra forma de compensação, o mesmo tratamento que a última Parte conceder aos próprios investidores ou aos de uma terceira parte, o que for mais favorável ao investidor afetado.



O **artigo 9** assegura a transparência, publicidade e pronta disponibilidade referente a medidas legislativas, procedimentos e decisões administrativas de aplicação geral com relação a qualquer matéria abrangida pelo Acordo, em particular nas referentes à qualificação, licenciamento e certificação, permitindo oportunidade razoável aos interessados de expressar suas opiniões sobre tais medidas.

O **artigo 10** resguarda a transferência de fundos relacionados a um investimento, de modo que seja feita livremente, sem demora indevida e após o cumprimento das obrigações estabelecidas no ordenamento jurídico de uma Parte, de e para o seu território. Uma Parte poderá impedir a transferência ao aplicar, de maneira não discriminatória e de boa-fé, suas leis relativas a: falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores; infrações penais; relatórios financeiros ou conservação de registros de transferências, quando seja necessário para colaborar com autoridades policiais ou com reguladores financeiros; ou garantia de cumprimento de sentenças ou decisões decorrentes de procedimentos judiciais ou administrativos. Outra exceção diz respeito a medidas cambiais restritivas, temporárias e não discriminatórias durante uma crise no balanço de pagamentos, desde que em conformidade com as obrigações e direitos dos membros do Fundo Monetário Internacional.

O **artigo 11** exclui a aplicação do Acordo sobre medidas tributárias das Partes, desde que estas não sejam aplicadas de forma a constituir discriminação arbitrária ou injustificada de investidores da outra Parte ou uma restrição disfarçada a tais investidores e investimentos.

O **artigo 12** faculta às Partes a adoção e manutenção de medidas prudenciais, tais como: (a) a proteção dos investidores, depositantes, participantes do mercado financeiro, detentores de apólices, beneficiários de apólices ou pessoas com quem alguma instituição financeira tenha uma obrigação fiduciária; (b) a manutenção da segurança, solidez, solvência, integridade ou responsabilidade financeira de instituições financeiras; e (c) a garantia da integridade e estabilidade do sistema financeiro de uma Parte.

O **artigo 13** reconhece o direito das Partes a adotar ou manter medidas destinadas a preservar sua segurança nacional ou ordem pública,



aplicar o disposto em suas leis penais ou cumprir suas obrigações relativas à manutenção da paz e da segurança internacional em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

O **artigo 14** afirma o dever dos investidores quanto ao cumprimento das leis, políticas públicas e regulamentos relativos a investimentos no Estado anfitrião, inclusive no que diz respeito à proibição da corrupção ativa e do fornecimento de informações no curso de processos administrativos ou requisições para fins estatísticos.

O **artigo 15** estipula que os investidores contemplados pelo Acordo devem buscar conduzir seus investimentos de modo a alcançar o mais alto nível possível de contribuição para o desenvolvimento sustentável do Estado anfitrião e da comunidade local, por meio da adoção de um alto grau de práticas socialmente responsáveis, com base em princípios e normas voluntárias elencadas no dispositivo.

O **artigo 16** obriga as Partes a adotar medidas para prevenir e combater a corrupção, a lavagem de ativos, o financiamento ao terrorismo em relação com as matérias cobertas pelo instrumento, em conformidade com suas leis e regulamentos, excluindo da proteção do Acordo aqueles capitais ou ativos de origem ilícita ou investimentos em cujo estabelecimento ou operação for comprovada a ocorrência de atos ilícitos para os quais a legislação do Estado anfitrião preveja a pena de confisco.

O **artigo 17** permite que as Partes mantenham ou cumpram medidas que considerem apropriadas para garantir que as atividades de investimento no respectivo território se efetuem em conformidade com sua legislação trabalhista, ambiental ou de saúde, desde que não seja aplicada de forma discriminatória, arbitrária, injustificada ou de maneira a constituir uma restrição disfarçada. As Partes também afirmam compromisso de não estimular o investimento em seu território por meio da redução das exigências de sua legislação trabalhista, ambiental ou de saúde.

A **Parte III** do Acordo engloba os instrumentos de governança institucional e prevenção de controvérsias, abrangendo os artigos 18 a 25.



O **artigo 18** estabelece um Comitê Conjunto para a Administração do Acordo, composto por representantes governamentais de ambas as Partes, designados pelos respectivos Governos, a reunir-se em periodicidade e local definido pelas Partes, com pelo menos uma reunião anual e presidência alternada entre os dois países. Suas funções são: a) supervisionar a implementação e execução do Acordo; (b) discutir e divulgar oportunidades para a expansão de investimentos mútuos; (c) coordenar a implementação das Agendas para Cooperação e Facilitação de Investimentos (art. 26); (d) consultar o setor privado e a sociedade civil, quando cabível, sobre seus pontos de vista sobre questões específicas relacionadas com os trabalhos do Comitê Conjunto; (e) resolver questões ou controvérsias relativas a investimentos de investidores de uma das Partes de maneira amigável; e (f) suplementar as regras de solução de controvérsias arbitrais entre as Partes, se necessário.

O **artigo 19** institui a figura do Ombudsman, ou Ponto Focal Nacional, que será designado por cada Parte com a responsabilidade de apoiar os investidores da outra Parte em seu território. Entre suas responsabilidades, incluem-se: dar seguimento às consultas da outra Parte ou dos investidores da outra Parte, com as autoridades competentes, e informar aos interessados dos resultados de suas gestões; avaliar, em consulta com as autoridades governamentais competentes, sugestões e reclamações recebidas da outra Parte ou de investidores da outra Parte e recomendar, quando apropriado, ações para melhorar o ambiente de investimentos; e prestar informações tempestivas e úteis sobre temas de regulação relacionados a investimentos em geral ou a projetos específicos, quando lhes sejam solicitadas. Os Pontos Focais Nacionais devem cooperar entre si e com o Comitê Conjunto, com vistas a auxiliar na prevenção de controvérsias entre as Partes.

O **artigo 20** dispõe sobre a troca de informações entre as Partes, que deve ser realizada sempre que possível e relevante para os investimentos recíprocos, oportunidades de negócios, procedimentos e requisitos para investimentos, sobretudo por meio do Comitê Conjunto e dos Pontos Focais Nacionais, de maneira tempestiva e com respeito pelo nível



aplicável de proteção da informação.

O **artigo 21** determina que as Partes respeitem o nível de proteção da informação definido pela legislação da Parte solicitada, salvaguardando-se a informação protegida cuja divulgação possa comprometer o cumprimento da lei ou, de outra maneira, seja contrária ao interesse público ou viole a privacidade ou interesses comerciais legítimos.

O **artigo 22** concita as Partes a disseminar entre os setores empresariais pertinentes as informações de caráter geral sobre investimentos, marcos normativos e oportunidades de negócio no território da outra Parte.

O **artigo 23** estimula os dois países a promover a cooperação entre seus órgãos responsáveis pela promoção de investimentos de molde a facilitar investimentos no território da contraparte.

O **artigo 24** delineia o mecanismo de prevenção de controvérsias do instrumento, pelo qual o Comitê Conjunto deve atuar de modo a prevenir, administrar e resolver as controvérsias entre as Partes. Antes de iniciar um procedimento arbitral (artigo 25 do Acordo), toda controvérsia entre as Partes deve ser avaliada por meio de consultas e negociações entre as Partes, sendo previamente examinada pelo Comitê Conjunto, que terá 60 dias para se reunir após a data do pedido de início do procedimento. O órgão deve facilitar a busca de uma solução para disputas formalmente apresentadas sobre a observância do Acordo por uma Parte ou sobre uma situação específica enfrentada por um investidor. Na apreciação da matéria, o Comitê Conjunto pode convidar para suas reuniões representantes do investidor interessado e outras partes interessadas. Após 60 dias da data da primeira reunião, prorrogáveis por igual período, em comum acordo, o Comitê deve apresentar um relatório final com suas conclusões. A controvérsia pode ser submetida por uma Parte à arbitragem, em conformidade com o artigo 25, caso a disputa não seja resolvida após a conclusão dos prazos ou caso uma Parte não participe das reuniões do Comitê Conjunto convocadas para essa finalidade.

O **artigo 25** estabelece o sistema de solução de controvérsias do Acordo. Uma vez esgotado o procedimento previsto artigo 24 sem que a



controvérsia tenha sido resolvida, qualquer das Partes pode submetê-la a um Tribunal Arbitral *ad hoc*, em conformidade com o dispositivo. Alternativamente, as Partes podem, por consenso, submeter a controvérsia a uma instituição arbitral permanente para a solução de controvérsias em matéria de investimentos, a qual deve aplicar o procedimento disposto no artigo, salvo decisão das Partes em contrário. O objetivo da arbitragem é determinar a conformidade ao Acordo da medida questionada, não se aplicando a fatos ocorridos ou medidas adotadas antes da entrada em vigor do instrumento, nem àqueles ocorridos após o decurso de 5 anos da data na qual a Parte teve conhecimento ou deveria ter tido conhecimento dos fatos que possam dar lugar a uma controvérsia. Além disso, não podem ser objeto de arbitragem o Artigo 13 (Exceções de Segurança), o Artigo 14 (Direito Interno), o Artigo 15 (Responsabilidade Social Corporativa), o parágrafo 1 do Artigo 16 (Medidas sobre Investimentos e Luta contra a Corrupção e a Ilegalidade) e o parágrafo 2 do Artigo 17 (Disposições sobre Investimentos e Meio Ambiente, Assuntos Trabalhistas e Saúde). As Partes podem solicitar, mediante compromisso arbitral específico, que os árbitros examinem a existência de prejuízos causados pela medida em questão. Se o laudo arbitral estabelecer uma compensação monetária, a Parte que receber tal indenização deverá transferi-la aos titulares dos direitos do investimento em questão, uma vez deduzidos os custos da controvérsia

A **Parte IV** compreende a agenda para maior cooperação e facilitação de investimentos, englobando o **artigo 26**, que incumbe o Comitê Conjunto de desenvolver e discutir essa agenda conforme os temas a serem inicialmente acordados pelas Partes na primeira reunião do Comitê. Os resultados das negociações poderão constituir compromissos específicos adicionais.

A **Parte V** trata das disposições finais do Acordo, sendo composta pelos **artigos 27 e 28**. Os dispositivos estabelecem: a proibição de que o Comitê Conjunto e os Pontos Focais Nacionais substituam ou prejudiquem acordos ou canais diplomáticos existentes entre as Partes; a revisão geral da implementação do Acordo após um prazo de dez anos; a



entrada em vigor do instrumento, após 90 dias do recebimento da segunda nota diplomática que informe o cumprimento das formalidades internas para a vigência do Acordo pelos dois países; a possibilidade de emenda do Acordo, por mútuo consentimento; a denúncia ao Acordo, que pode ser realizada por notificação escrita à outra Parte, com vigência diferida em um ano ou outro prazo definido por consenso entre as Partes.

O Acordo foi celebrado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023, em duplicata, em português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Estamos a apreciar o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

Acordos de investimento são instrumentos internacionais que objetivam criar um ambiente de estabilidade jurídica para abertura de mercados à investimentos estrangeiros, reduzindo os riscos não comerciais sobre o investimento internacional. O quadro geral dos regimes de proteção ao investimento externo é marcado pela descentralização regulatória e normativa específicas, respondendo às características dos países envolvidos nos dois polos do investimento.

Um dos poucos países emergentes ou em desenvolvimento de peso não engajado em acordos de investimento, o Brasil só veio a mudar sua posição em favor desses instrumentos a partir de 2013, com a elaboração de um modelo brasileiro de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), baseado em mandato emitido pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior, CAMEX. O modelo proposto levou em consideração



subsídios de organismos internacionais, estudos de benchmarking e, sobretudo, consultas ao setor privado brasileiro, que inclusive passou a assumir cada vez mais a posição de investidor no exterior.

Foram firmados acordos desse tipo com: Angola, Chile, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Equador, Etiópia, Guiana, Índia, Malauí, México, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Suriname. No âmbito do Mercosul, também foi assinado pelos Estados Partes o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (PCFI), baseado no ACFI. Além dele, foram igualmente firmados o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre o Brasil e o Peru, e o Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile, que possuem capítulos de investimentos baseados no modelo do ACFI.

O modelo geral dos ACFIs do Brasil se organiza em torno de três eixos: a) criação de mecanismos para mitigação de riscos e prevenção de controvérsias; b) melhoria da governança institucional; e c) elaboração de agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos.

Dentro desse arcabouço, o ACFI Brasil-São Tomé e Príncipe, ora sob análise, estabelece um conjunto de medidas para reduzir a exposição do investidor a riscos e evitar situações de controvérsias e disputas com o Estado receptor, como cláusulas de tratamento nacional e da nação mais favorecida, transparência, compensação por expropriação direta e em casos de conflitos, bem como de liberdade de transferência de divisas.

Os ACFIs têm adotado critérios de definição de investidor baseados no lugar de constituição, sede ou nacionalidade da empresa ou pessoa física, bem como no controle efetivo sobre a produção de bens ou prestação de serviços no território do Estado receptor, conforme características de um investimento, que incluem compromisso de capital, estabelecimento de interesse duradouro, expectativa de lucros ou ganhos e assunção de riscos. Esse escopo mais restrito objetiva afastar o uso abusivo do “treaty shopping” ou do estabelecimento de empresas de conveniência, em que a sociedade é constituída em determinado Estado com a única finalidade de valer-se da proteção prevista em um acordo de proteção de investimentos, sem levar em consideração o controle efetivo sobre as atividades ali desenvolvidas. No caso



do ACFI com São Tomé e Príncipe, o investimento direto qualificado pela proteção deve implicar um controle ou grau significativo de influência, direta ou indiretamente, do investidor de uma Parte sobre a gestão da produção de bens ou da prestação de serviços no território da outra Parte, conforme discriminado no Relatório.

As cláusulas de compensação por expropriação cobrem apenas a expropriação direta, prevendo as condições em que ela pode ser efetuada e os parâmetros da indenização a ser paga, sem demora indevida e em conformidade com o ordenamento jurídico do Estado anfitrião, conforme o valor justo de mercado do investimento imediatamente antes de a desapropriação ocorrer.

Entre as principais inovações trazidas pelos ACFIs estão: a criação de um Comitê Conjunto e de Pontos Focais em cada Parte, núcleo institucional do arranjo; o estabelecimento de intercâmbio de informações entre as Partes; o incentivo ao envolvimento do setor privado; e disposições relativas à responsabilidade social corporativa e desenvolvimento de agendas temáticas.

O Ponto Focal de cada Parte, também chamado de Ombudsman, atua como um facilitador na relação mais técnica entre investidores e o Governo do país receptor, encaminhando consultas, reclamações e sugestões, prevenindo controvérsias em coordenação com as autoridades governamentais e entidades privadas, sugerindo ações para melhorar o ambiente de investimentos e prestando informações úteis sobre temas de regulação relacionados a investimentos em geral ou projetos específicos.

O Comitê Conjunto, composto por representantes governamentais de ambas as Partes, é responsável por monitorar a implementação do Acordo, discutir e divulgar oportunidades para expansão de investimentos, coordenar as agendas temáticas comuns e, sobretudo, atuar na prevenção de controvérsias e na solução amigável de eventuais disputas envolvendo os investimentos bilaterais.

A agenda para maior cooperação e facilitação de investimentos é um conjunto de temas de interesse mútuo para as Partes, identificados como



relevantes para a melhoria das condições de investimentos e para a superação de dificuldades pontuais de seus investidores. Ela deve ser implementada por meio da negociação de ulteriores compromissos bilaterais. Possíveis temas de interesse que podem ser contemplados incluem, por exemplo, a remessa de divisas, vistos de negócios, regulação técnica e ambiental, intercâmbio institucional para regulação setorial e outras formas de cooperação nas quais haja interesse comum.

Do ponto de vista dos interesses da Parte receptora, o Acordo também reconhece a autonomia regulatória das Partes e permite incentivar padrões de responsabilidade social, ambiental e corporativa por parte dos investidores e de seus investimentos, atraindo investimentos que contribuam com o desenvolvimento sustentável da comunidade local e do Estado que os recebe.

Em oposição a um acordo bilateral de investimentos tradicional, centrado na solução de controvérsias investidor-Estado, a proposta brasileira privilegia mecanismos de prevenção de controvérsias baseados em diálogos e consultas bilaterais, prévios à instalação de um procedimento arbitral. Tais instrumentos abrangem a atuação direta e permanente dos já mencionados Pontos Focais, além de debates no âmbito do Comitê Conjunto, responsável pelo exame preliminar de questões específicas demandadas pelos signatários. Caso a via negocial não seja suficiente, qualquer Parte pode submeter a controvérsia a um Tribunal Arbitral *ad hoc*, ou as Partes, de comum acordo, podem referir a disputa a uma instituição arbitral permanente para solução de litígios em matéria de investimentos.

Pode-se considerar que o ACFI é um mecanismo de facilitação de investimentos internacionais mais consentâneo aos interesses brasileiros e dos países em que as empresas brasileiras têm investido, propiciando uma interação mais dinâmica e de longo prazo entre os Estados envolvidos. O modelo reconhece o papel imprescindível dos governos em fomentar um ambiente favorável para investimentos, que atenda tanto aos anseios do setor privado como às necessidades de desenvolvimento dos países signatários do acordo.



Nesse sentido, a relação comercial e econômica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe deverá ser estimulada e aprofundada com a ratificação e entrada em vigor deste ACFI. Vejamos um pequeno panorama dessas trocas bilaterais.

A corrente de comércio entre os dois países foi de US\$ 3,96 milhões em 2022, sendo composta basicamente por exportações brasileiras, na forma de alimentos (açúcares e melaços, carnes de aves, arroz, artigos de confeitaria, preparações alimentícias e cereais), produtos da indústria de transformação e produtos de limpeza e polimento. A importação de produtos santomenses ainda é diminuta, flutuando entre o máximo de US\$ 206 mil em 2018 e zero em 2016, ou US\$ 242 em 2023. Entre janeiro e outubro de 2024 o Brasil importou apenas US\$ 138 dólares daquele Estado insular africano. Em perspectiva, a origem da pauta importadora de São Tomé e Príncipe é, aproximadamente, composta em sua metade por produtos portugueses, um quinto por produtos angolanos, 6% por chineses, 4% por norte-americanos e 4% por produtos brasileiros, conforme retrato de 2018. As exportações santomenses, que chegaram a US\$ 25,4 milhões em 2018, compõem-se basicamente de cacau e máquinas elétricas, complementadas por peças de aviões e carros, plásticos, pimenta, óleos, nozes e carne bovina.

São Tomé e Príncipe tem uma população estimada em cerca de 200 mil habitantes. É uma ex-colônia portuguesa, independente desde 1975 e o segundo país menos populoso do continente. A economia santomense, cujo PIB nominal estimado para 2024 é de US\$ 750 milhões, ou US\$ 1 bilhão em paridade do poder de compra, conforme dados do FMI, está centrada na agricultura, turismo e investimentos estrangeiros, além de gastos governamentais lastreados em empréstimos externos. A economia cresceu a uma taxa de 5,5% entre 2009 e 2017, estimulada por gastos governamentais, reduzindo-se nos anos seguintes devido à contenção fiscal.

No que diz respeito aos negócios, o governo de São Tomé e Príncipe aprovou várias leis que facilitam a criação de empresas privadas e de investimentos estrangeiros. Entre 2015 e 2019, o número de empresas e de pequenas empresas aumentou significativamente, o que levou à diminuição do



desemprego, aumento das exportações e criação de várias indústrias, sobretudo no setor de máquinas elétricas e peças.

No setor de investimentos, a presença brasileira mais notável é da Petrobras, que iniciou a reconstrução do seu portfólio na África com a aquisição de participações, em sociedade com a Shell e a Galp, em três dos sete blocos de exploração de petróleo e gás offshore recentemente contratados pelo governo santomense, em um modelo de partilha de produção. Ao todo, são apenas 19 blocos mapeados, cobrindo toda a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe, que em si, possui uma área de 125 mil km². A exploração ainda se encontra na fase de estudo, perfuração e avaliação.

Feitas essas observações, reputamos que o presente Acordo, alinhando-se com a nova política brasileira de investimentos e com a necessidade premente de integração da economia brasileira com outras cadeias de valor e oportunidades de negócios, deverá representar um importante marco legal para a facilitação de investimentos recíprocos entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, balanceando interesses dos investidores, dos Estados e das sociedades envolvidos.

Por conseguinte, reputamos que o instrumento atende ao interesse nacional e consagra o princípio constitucional da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (art. 4º, IX, Constituição Federal), razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALBUQUERQUE
Relator



**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2024
(Mensagem nº 623, de 2024)**

Aprova o texto do Acordo de
Cooperação e Facilitação de Investimentos
(ACFI) entre a República Federativa do
Brasil e a República Democrática de São
Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé,
em 27 de agosto de 2023.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação e
Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a
República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em
27 de agosto de 2023.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da
Constituição Federal, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional
quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou em revisão do referido
Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos
ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de
sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALBUQUERQUE
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 623, DE 2024

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 623/2024, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o parecer do Relator, Deputado Albuquerque.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Lucas Redecker – Presidente; General Girão, Márcio Marinho e Florentino Neto - Vice-Presidentes; Alfredo Gaspar, Amom Mandel, Arlindo Chinaglia, Átila Lins, Carla Zambelli, Carlos Zarattini, Celso Russomanno, Claudio Cajado, Damião Feliciano, Dilceu Sperafico, Eduardo Bolsonaro, Eros Biondini, Flávio Nogueira, General Pazuello, Gervásio Maia, Glauber Braga, Helio Lopes, Jefferson Campos, Jonas Donizette, José Rocha, Leonardo Monteiro, Marcel van Hattem, Mario Frias, Max Lemos, Otto Alencar Filho, Pastor Gil, Robinson Faria, Rodrigo Valadares, Adilson Barroso, Albuquerque, Cabo Gilberto Silva, Dandara, David Soares, Duda Salabert, Fernando Monteiro, Ismael Alexandrino, Jilmar Tatto, Leur Lomanto Júnior, Luiz Carlos Hauly, Luiz Nishimori, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Marcos Pollon, Marcos Soares, Osmar Terra, Pastor Eurico, Pr. Marco Feliciano, Rui Falcão, Sargento Fahur e Zucco.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2024.

Deputado LUCAS REDECKER
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 723 de 2024
(MSC nº 623/2024)

Apresentação: 04/04/2025 17:02:18.417 - CFT
PRL 1 CFT => PDL 723/2024

PRL n.1

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

Autora: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2024, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

A proposição foi encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 623/2024, da Presidência da República.

O projeto tramita em regime de urgência (art. 151, I, "j", RICD) e está sujeito à apreciação do Plenário, tendo sido distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Finanças e Tributação, para análise de mérito e adequação financeiro-orçamentária (mérito e art. 54), e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de juridicidade e constitucionalidade (art. 54).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 04/04/2025 17:02:18.417 - CFT
PRL 1 CFT => PDL 723/2024
PRL n.1

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto ao mérito e à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Como a matéria será apreciada pelo Plenário, não houve abertura de prazo para apresentação de emendas nesta Comissão (art. 120 do RICD).

É o relatório.

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do projeto, **observa-se que ele contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.** Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 04/04/2025 17:02:18.417 - CFT
PRL 1 CFT => PDL 723/2024

PRL n.1

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à comissão **não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não**.

Quanto ao mérito, destaca-se que a celebração e posterior submissão ao Congresso Nacional de acordos internacionais voltados à cooperação e facilitação de investimentos inserem-se em um esforço mais amplo do Estado brasileiro de fortalecer suas relações econômicas internacionais, ampliar a previsibilidade das relações econômicas transnacionais e estreitar laços com países estratégicos.

A celebração do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com a República Democrática de São Tomé e Príncipe é representativa de uma política pública internacional que vem se consolidando como vetor de modernização dos marcos jurídicos do comércio e do investimento exterior brasileiro.

Esse tipo de acordo substitui os antigos tratados bilaterais de proteção ao investimento por um modelo mais equilibrado, baseado no diálogo institucional, na mitigação de riscos regulatórios, no fortalecimento da governança e na cooperação entre os Estados.

Além disso, o ACFI brasileiro preserva o espaço regulatório dos signatários e oferece garantias tanto aos investidores quanto aos países receptores, por meio de mecanismos como os pontos focais (*focal points*), o Comitê Conjunto de Cooperação e Facilitação e o incentivo à mediação e prevenção de controvérsias.

No caso de São Tomé e Príncipe, o acordo adquire também uma dimensão estratégica. Trata-se de parceiro histórico do Brasil na cooperação internacional, membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o qual compartilhamos vínculos linguísticos, culturais e políticos.



* C D 2 5 1 5 3 5 3 6 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 04/04/2025 17:02:18.417 - CFT
PRL 1 CFT => PDL 723/2024

PRL n.1

O fortalecimento dos laços econômicos com países africanos, especialmente aqueles com afinidade institucional, é condição indispensável à projeção internacional do Brasil como país que não apenas exporta bens e serviços, mas também modelos de relacionamento baseados no respeito mútuo, na sustentabilidade e no desenvolvimento conjunto.

Este Acordo, ao criar um ambiente mais seguro e previsível para investimentos, pode estimular a atuação de empresas brasileiras em setores estratégicos em São Tomé e Príncipe — como infraestrutura, energia, serviços, agricultura e logística —, com benefícios econômicos recíprocos.

É, portanto, medida juridicamente legítima, economicamente acertada e politicamente estratégica.

Diante do exposto, voto pela **NÃO IMPLICAÇÃO FINANCEIRA OU ORÇAMENTÁRIA** da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2024, e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2024.

Sala da Comissão, em abril de 2025.

Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 723, DE 2024

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2024; e, no mérito, pela aprovação, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Emanuel Pinheiro Neto.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Rogério Correia - Presidente, Florentino Neto - Vice-Presidente, Cabo Gilberto Silva, Camila Jara, Diego Coronel, Emanuel Pinheiro Neto, Fábio Teruel, Fausto Santos Jr., Fernando Monteiro, Hildo Rocha, José Ailton Félix Cirilo, Júlio Cesar, Kim Kataguri, Luiz Carlos Haully, Marcelo Queiroz, Marcio Alvino, Mário Negromonte Jr., Mauro Benevides Filho, Merlong Solano, Pauderney Avelino, Paulo Guedes, Reinhold Stephanes, Sargento Portugal, Zé Neto, Aureo Ribeiro, Caroline de Toni, Dayany Bittencourt, Duarte Jr., Félix Mendonça Júnior, Gilberto Nascimento, Henderson Pinto, Jilmar Tatto, Josenildo, Laura Carneiro, Luiz Carlos Busato, Marcelo Crivella, Marcos Tavares, Mendonça Filho, Olival Marques, Otto Alencar Filho, Pedro Westphalen, Rodrigo da Zaeli, Sanderson, Sidney Leite e Zé Vitor.

Sala da Comissão, em 9 de abril de 2025.

Deputado FLORENTINO NETO
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Desenvolvimento Econômico

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 723 de 2024
(MSC nº 623/2024)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

Autora: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Deputado HELDER SALOMÃO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2024, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.

A proposição foi encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 623/2024, da Presidência da República.

O projeto tramita em regime de urgência (art. 151, I, "j", RICD) e está sujeito à apreciação do Plenário, tendo sido distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Finanças e Tributação, para análise de mérito e adequação financeiro-orçamentária (mérito e art. 54), e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de juridicidade e constitucionalidade (art. 54).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Apresentação: 04/04/2025 15:50:23.243 - CDE
PRL 1 CDE => MSC 623/2024

PRL n.1

O projeto vem a esta Comissão, tendo em vista sua interface direta com o desenvolvimento econômico e a inserção produtiva do Brasil nos mercados internacionais.

Como a matéria será apreciada pelo Plenário, não houve abertura de prazo para apresentação de emendas nesta Comissão (art. 120 do RICD).

É o relatório.

II – VOTO

O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) celebrado entre o Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe deve ser compreendido não apenas como um ato de política externa, mas como um instrumento estratégico de política econômica, com amplas repercussões sobre a competitividade do setor produtivo nacional, a segurança jurídica para investimentos no exterior, a diversificação de mercados e a expansão das relações econômicas com países do Sul Global.

O modelo brasileiro de ACFIs representa uma ruptura consciente com a lógica tradicional dos tratados bilaterais de investimento, que por décadas subordinavam os países receptores a cláusulas de proteção rígidas, frequentemente acionadas por meio de arbitragens internacionais privadas e alheias ao interesse público. Em contrapartida, os ACFIs adotam uma abordagem inovadora, baseada na prevenção de litígios, na criação de canais institucionais de diálogo permanente entre os Estados e no estímulo a um ambiente de negócios transparente, seguro e equilibrado.

Este Acordo, ao seguir esse modelo, institui mecanismos bilaterais como os Pontos Focais e o Comitê Conjunto, que garantem governança compartilhada sobre a implementação dos compromissos assumidos. Garante, ainda, tratamento não discriminatório, respeito a normas laborais e ambientais e proteção adequada ao investidor sem comprometer a margem de regulação dos poderes públicos. Trata-se de um arranjo mais democrático, mais transparente e mais funcional para os objetivos de desenvolvimento de longo prazo.



* C D 2 5 5 1 4 1 7 7 7 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Apresentação: 04/04/2025 15:50:23.243 - CDE
PRL 1 CDE => MSC 623/2024

PRL n.1

Do ponto de vista da Comissão de Desenvolvimento Econômico, o Acordo em questão reforça a internacionalização responsável das empresas brasileiras, sobretudo micro, pequenas e médias, que frequentemente enfrentam maiores dificuldades para acessar mercados estrangeiros em razão de instabilidades regulatórias e insegurança contratual. Ao prever instrumentos específicos de facilitação, o Acordo viabiliza a expansão da presença brasileira em países estratégicos, sem exigir o emprego de grandes estruturas consulares ou diplomáticas. Ele também contribui para a construção de redes produtivas globais, por meio do encadeamento industrial, da transferência de tecnologia e da formação de alianças comerciais em setores prioritários, como energia, agricultura, turismo e infraestrutura.

Não se pode negligenciar, ainda, a dimensão geopolítica do Acordo. São Tomé e Príncipe é um parceiro com quem o Brasil compartilha história, língua, cultura e afinidade estratégica no plano internacional. Situado no Golfo da Guiné — região de alta relevância geopolítica, energética e ambiental —, o país oferece oportunidades concretas para a cooperação técnico-empresarial. A celebração do ACFI reforça o papel do Brasil como ator comprometido com o desenvolvimento do continente africano, de forma horizontal e mutuamente benéfica.

A aprovação do presente Acordo permitirá, portanto, não apenas a ampliação do intercâmbio comercial e financeiro com São Tomé e Príncipe, mas também a consolidação de uma política de Estado voltada à criação de um ecossistema internacional mais equilibrado, em que os investimentos estejam a serviço do crescimento sustentável, da justiça econômica e da cooperação entre os povos.

Por todas essas razões — de ordem normativa, institucional, econômica e diplomática —, e considerando o mérito substantivo do Acordo, **voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2024.**

Sala da Comissão, em abril de 2025.



* C D 2 5 5 1 4 1 7 7 7 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Desenvolvimento Econômico

Deputado HELDER SALOMÃO
Relator

Apresentação: 04/04/2025 15:50:23.243 - CDE
PRL 1 CDE => MSC 623/2024

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255141777900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 723, DE 2024

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 723/2024, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Helder Salomão.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Lafayette de Andrada - Presidente, Antônia Lúcia, Padovani e Vitor Lippi - Vice-Presidentes, Any Ortiz, Beto Richa, Daniel Almeida, Gilson Daniel, Julio Lopes, Mauro Benevides Filho, Rodrigo da Zaeli, Zé Adriano, Zé Neto, Zucco, Alexandre Guimarães, Augusto Coutinho, Bia Kicis, Danilo Forte, Eriberto Medeiros, Helder Salomão, Hugo Leal e Jadyel Alencar.

Sala da Comissão, em 09 de abril de 2025.

Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA
Presidente



FIM DO DOCUMENTO